



Intervenção no Debate do Orçamento do Estado 2022

Assembleia da República | 27 outubro 2021

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

A proposta de orçamento de Estado para 2022 prossegue a política económica escolhida pelo Governo, que desde 2016 procurou criar as condições para **assegurar um crescimento sustentado da economia, rompendo com o paradigma anterior, que apostava em ganhos de competitividade por via da redução dos custos do trabalho.**

A nossa política económica, pelo contrário, aposta no **crescimento da produtividade: é esse o único caminho que nos permite, a longo prazo, fazer crescer a economia, pagar melhores salários e sustentar o nosso Estado Social.**

Esta escolha é clara, e foi motivada por razões económicas, mas também por razões políticas.

Razões económicas, desde logo, porque **tentar manter a competitividade por via de custos baixos e baixos salários** – como sucedeu entre 2011 e 2015 – **é um modelo perdedor** e que mantém empresas ineficientes no mercado.

Mas foram também razões políticas que nos levaram a romper com este modelo. **Temos, como comunidade, a estrita obrigação de oferecer aos nossos concidadãos uma justa oportunidade de realizarem no nosso país as suas aspirações pessoais e profissionais** – entre as quais as de acesso a um emprego digno e compatível com as suas qualificações. Como cidadãos europeus, os portugueses têm sempre a escolha da emigração. Por isso, confrontados com a política de desvalorização do trabalho adotada entre 2011 e 2015, 400 mil portugueses abandonaram o país. **Triste nação era essa, em que o chefe do governo convidava os nossos compatriotas a emigrarem!**



Foi com esse modelo que se rompeu, assumindo-se que o crescimento da economia teria de assentar num novo paradigma. Por isso, os objetivos da política económica foram diferentes: **o apoio às empresas inovadoras e exportadoras**; o redirecionamento dos incentivos europeus para projetos inovadores, e em copromoção entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional; a aposta no crescimento das exportações e na atração de investimento direto estrangeiro; e a melhoria das qualificações. Investiu-se também no **reforço da capitalização das empresas** por via de incentivos fiscais à retenção de lucros e ao reforço de capitais próprios. Procurou-se **assegurar o crescimento dos rendimentos do trabalho, melhorando gradualmente as perspetivas de vida dos trabalhadores e incentivando as empresas a tornarem-se mais eficientes.**

Os resultados foram impressionantes. Entre 2015 e 2019, as exportações aumentaram mais de 40%. Mais empresas exportam mais produtos, para mais mercados. Aumentou o investimento empresarial em I&D, e a contratação de recursos humanos qualificados. **Portugal deixou de ser apenas um país que produz bem e barato, para ser um país que começa a inventar os bens que produz.**

As empresas reforçaram a sua autonomia financeira e a sua rentabilidade. O investimento privado aumentou e nunca foi tão elevado o stock de investimento estrangeiro.

O salário mínimo aumentou continuamente – mais de 30% em apenas seis anos. Em 2023, estará em 750 euros – um aumento total de quase 50%. Também o salário médio aumentou, ultrapassando os 1300 euros o ano passado.

Nos últimos dois anos, a política económica foi determinada, naturalmente, pelo combate à crise provocada pela COVID-19. As nossas prioridades foram, como não podia deixar de ser, o apoio ao rendimento das famílias, a proteção do emprego e a preservação do potencial produtivo das empresas.



Em 2022 o cenário é diferente, mas ainda temos incertezas na nossa economia. A escassez de mão de obra e de componentes ou o aumento do custo de matérias primas e de transportes podem condicionar o ritmo da retoma e têm impactos adversos sobre as nossas empresas. Os setores mais afetados pela pandemia, em especial no setor do alojamento e restauração, apesar de já sentirem os efeitos da retoma, carecem de apoios mais prolongados. **Todos estes motivos impõem ao orçamento a necessidade de manter a disponibilidade de recursos para apoiar as empresas mais afetadas e amortecer os efeitos mais significativos das perturbações dos mercados.**

Este orçamento está alinhado com a nossa estratégia para o país. 2022 deve ser **o ano de aceleração do processo de transformação da nossa economia.** Portugal está **particularmente bem colocado para assumir novas ambições económicas e colocar-se num novo patamar de competitividade,** partindo das competências que já detemos e dos recursos que a Europa coloca à nossa disposição.

A proposta de orçamento destina a estes fins um reforço inédito de meios, combinando recursos nacionais e com origem no Plano de Recuperação e Resiliência, num total de 2 600 M€, para apoiar a capitalização das empresas; para implementar o programa InvestEU; para conceder subvenções ao investimento em atividades inovadoras; e para apoiar a descarbonização da indústria e a digitalização do comércio e das empresas. Do lado da fiscalidade, propõe-se o lançamento do Incentivo Fiscal à Recuperação, que permitirá deduzir à coleta de IRC até 25% dos investimentos realizados, e a eliminação do PEC. Por forma a apoiar a retenção e atração de talento, propõe-se o reforço dos Programas IRS Jovem e Regressar. E porque os maiores crescimentos de produtividade vêm das empresas mais jovens e disruptivas, procurou-se apostar no desenvolvimento do empreendedorismo, nos termos previstos no *European Startup Nations Standard*, que apresentámos durante a PPUE.

Por forma a **reduzir de modo estrutural um dos principais custos de contexto para as empresas nacionais – o elevado custo da nossa eletricidade –** o Governo comprometeu-se já com o reforço das transferências financeiras para o Sistema Elétrico



Nacional, o que, juntamente com outras medidas, irá permitir, segundo decisão recente da ERSE, que o valor da Tarifa de Acesso às Redes para os consumidores empresariais se vá reduzir em 94% já no próximo mês de janeiro. Pensem por um momento no impacto desta notícia: **nos próximos anos, o custo da eletricidade vai passar a ser uma vantagem competitiva das empresas portuguesas** perante as suas congéneres europeias!

O governo mantém a trajetória prevista para o SMN, tendo a intenção de avançar para os 705 euros em janeiro de 2022. A concretizar-se, tratar-se-á do **maior aumento de sempre do SMN**. Sendo um esforço grande para as nossas empresas e para a Administração Pública, entendemos que este é um objetivo realista, compatível com o propósito de **convergirmos com a média da União Europeia em matéria de peso dos rendimentos do trabalho no PIB**.

Também na vertente da valorização do trabalho, temos a noção da profunda injustiça que representa a segmentação do nosso mercado de trabalho. A maioria dos jovens com menos de 40 anos – a geração mais qualificada de sempre – está em situação precária, e por isso submetemos a esta câmara uma proposta de lei sobre a Agenda do Trabalho Digno, para combater a precariedade e reforçar a proteção dos trabalhadores mais jovens.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Nos últimos anos, provámos que **é possível adotar com sucesso um modelo económico que se afaste do paradigma que medrou nas últimas décadas**. Um modelo que assume a **valorização do conhecimento como a principal vantagem competitiva e as pessoas como o recurso mais crítico para o futuro do nosso país**.

Esse foi o modelo que, nos últimos anos, o Governo do Partido Socialista foi desenvolvendo, com o apoio dos partidos à sua esquerda. Foi um modelo que conquistou a confiança dos cidadãos e dos investidores estrangeiros; que permitiu a redução do risco de pobreza e a subida dos rendimentos das famílias; que viabilizou uma



redução histórica do desemprego e o aumento inédito das exportações; que permitiu o equilíbrio das contas públicas.

Tenhamos claro isto: foi esta solução parlamentar que deu suporte político a esta reorientação das políticas económicas, passando da desvalorização do trabalho para a valorização do conhecimento; foi ela que permitiu o reforço do Estado Social e a redução das desigualdades.

Muito está ainda por fazer. Bolsas de pobreza persistem na nossa sociedade. Grande parte dos nossos jovens só encontra emprego de modo precário e com salários baixos; muitos aceitam ocupações para os quais estão sobrequalificados. Os serviços públicos carecem de recursos adicionais e de maior qualidade de gestão.

São por isso grandes as tarefas que ainda nos convocam e seria maior o ritmo que gostaríamos de imprimir à sua concretização. Várias limitações, porém, coartam a nossa margem de manobra, como a nossa dívida excessiva. O nosso caminho é longo, e qualquer passo maior que a perna pode fazer-nos perder a credibilidade que conquistámos nos últimos anos, podendo conduzir a um aumento brusco e descontrolado dos juros da dívida pública e privada, ou a uma retração do investimento de que tanto carecemos.

Mas isso não chega, dizem alguns. E preferem rejeitar o orçamento por não ir suficientemente longe, nem com maior rapidez.

Na história da nossa democracia, nunca os partidos à esquerda do PS tiveram tanta capacidade para marcar a agenda da governação. E nunca um Orçamento de Estado foi tão moldado pela intervenção desses partidos. Pois é este mesmo orçamento que esses partidos se preparam para reprovar, e com isso determinar a dissolução do parlamento. E note-se: nunca um orçamento foi reprovado; e essa reprovação irá gerar, neste contexto, uma inevitável crise política.

E isto num momento em que, apesar da Covid, a economia está em recuperação e o emprego em crescimento. As finanças públicas estão controladas e a dívida pública tem

condições para continuar a reduzir-se. Recursos europeus de dimensão inédita podem ser colocados ao serviço do desenvolvimento do país. Apetece dizer: que desperdício!

Daqui a uns anos, teremos de explicar aos vindouros estes tempos estranhos e os caminhos que aqui nos trouxeram. Talvez o tempo e a distância iluminem a nossa compreensão. Por agora, resta constatar o ocorrido e manter-nos determinados no exercício das nossas funções, sabendo que é esse o nosso dever, ao serviço de Portugal.